

EDUCAÇÃO PERMANENTE E MICROPOLÍTICA DO TRABALHO EM SAÚDE: IMPLICAÇÕES PARA AUTONOMIA PROFISSIONAL E GESTÃO DO CUIDADO

Resumo: O presente estudo teve como objetivo analisar as implicações da EPS na micropolítica do trabalho em saúde, buscando compreender de que forma os processos formativos desenvolvidos no cotidiano dos serviços influenciam a autonomia profissional e a gestão do cuidado no âmbito do SUS. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada a partir de buscas nas bases PubMed/MEDLINE, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Scholar, utilizando descritores provenientes do DeCS e MeSH relacionados à EP, trabalho em saúde e gestão do cuidado. Foram incluídas publicações entre 2017 e 2026 que abordavam a relação entre processos formativos e organização do trabalho em saúde, resultando na seleção de sete produções científicas para análise. Os resultados revelam que a EPS favorece a reflexão crítica sobre as práticas profissionais, fortalece a autonomia dos trabalhadores e contribui para a reorganização dos processos de trabalho, especialmente na Atenção Primária à Saúde. Entretanto, desafios institucionais como sobrecarga assistencial, limitações organizacionais e permanência de modelos formativos tradicionais podem restringir a consolidação dessas práticas. Conclui-se que a articulação entre EP e micropolítica do trabalho representa elemento estratégico para qualificar a gestão do cuidado e fortalecer práticas assistenciais mais colaborativas, críticas e orientadas às necessidades de saúde da população no âmbito do SUS.

Palavras-Chave: Educação Continuada; Gestão em Saúde; Pessoal de Saúde; Sistema Único de Saúde.

Nelzo Moda Neto Lourenço

Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Orcid: 0009-0007-7216-7124

Gabriela Maria Matos Azevedo

Graduanda em Medicina pelo Centro Universitário Campo Real

Marcelo Leite Cavalcante

Graduando em Medicina pela UNINASSAU
Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-0500-9684>

Karla Mayla Soares da Silva

Graduada em Enfermagem pela UFMA

Camila Carneiro dos Reis

Especialista em Medicina da Família e Comunidade pelo Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba
Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-9714-2624>

Rafaela Ferreira de Oliveira

Especialização em Serviço Social, Políticas públicas e Direitos Sociais pela UECE
Orcid: 0009-0002-7916-1984

Karolainy Waleria Andrade de Queiroz

Especialista em Saúde da Família pela UFPE
Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9835-7919>

Vanessa Santos Vieira

Mestranda em Política Social e Serviço Social pela UFRGS

Andrea Mathias Losacco

Mestra em Epidemiologia pelo Instituto de Infectologia Emílio Ribas
Orcid: 0000-0002-4362-8354

Gislaine Aneanes da Silva

Mestra em Ensino em Ciências da Saúde pela UFT- Universidade Federal do Tocantins
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1165-3707>

CONTINUING EDUCATION AND THE MICROPOLITICS OF WORK IN HEALTHCARE: IMPLICATIONS FOR PROFESSIONAL AUTONOMY AND CARE MANAGEMENT

Abstract: This study aimed to analyze the implications of Continuing Education in Health on the micropolitics of health work, seeking to understand how the training processes developed in the daily routine of services influence professional autonomy and care management within the Brazilian Unified Health System (SUS). This is a narrative literature review, conducted using searches in the PubMed/MEDLINE, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Virtual Health Library (BVS), and Google Scholar databases, using descriptors from DeCS and MeSH related to continuing education, health work, and care management. Publications between 2017 and 2026 that addressed the relationship between training processes and the organization of work in health were included, resulting in the selection of seven scientific productions for analysis. The results show that continuing education in health favors critical reflection on professional practices, strengthens the autonomy of workers, and contributes to the reorganization of work processes, especially in Primary Health Care. However, institutional challenges such as care overload, organizational limitations, and the persistence of traditional training models can restrict the consolidation of these practices. It is concluded that the articulation between continuing education and the micropolitics of work represents a strategic element for improving care management and strengthening more collaborative, critical, and health-oriented care practices within the scope of the Brazilian Unified Health System (SUS).

Keywords: Continuing Education; Health Management; Health Personnel; Unified Health System.

INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas nas últimas décadas no campo da saúde têm produzido mudanças significativas nos modos de organizar o trabalho, a formação profissional e a produção do cuidado. No contexto brasileiro, a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) ampliou a necessidade de estratégias capazes de articular qualificação profissional, gestão dos serviços e melhoria das práticas assistenciais. Nesse cenário, a Educação Permanente em Saúde (EPS) passou a ocupar papel central nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos trabalhadores do sistema, propondo que os processos formativos ocorram a partir das demandas

concretas do cotidiano dos serviços e das necessidades de saúde da população (Júnior; Moreira, 2017).

A EPS fundamenta-se na compreensão de que o trabalho em saúde constitui um espaço privilegiado de aprendizagem e produção de conhecimento. Ao contrário dos modelos tradicionais de educação continuada, baseados na transmissão vertical de conteúdos técnicos, a EPS propõe que os processos educativos sejam estruturados a partir da problematização das práticas profissionais, permitindo que trabalhadores reflitam coletivamente sobre suas rotinas e reconstruam modos de atuação mais adequados às realidades locais e às demandas do território (Júnior; Moreira, 2017).

No âmbito das políticas públicas brasileiras, a institucionalização da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) representou um marco na reorganização da formação dos profissionais que atuam no SUS. Essa política propõe que os processos formativos estejam integrados à gestão, à atenção e ao controle social, estruturando o chamado quadrilátero da formação em saúde. Tal perspectiva busca aproximar o ensino das necessidades reais dos serviços e fortalecer práticas profissionais comprometidas com a integralidade da atenção e com a resolutividade do cuidado (Honorato *et al.*, 2026).

No contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), a incorporação da EP apresenta relevância estratégica, considerando que esse nível de atenção constitui a principal porta de entrada do sistema de saúde e desempenha papel fundamental na coordenação do cuidado nas redes de atenção. A qualificação dos profissionais que atuam nesse nível assistencial torna-se essencial para enfrentar a complexidade das demandas sociais e sanitárias presentes nos territórios, exigindo processos formativos capazes de integrar conhecimentos técnicos, habilidades relacionais e capacidade crítica diante das necessidades da população (Chagas, 2019).

A discussão sobre os processos formativos em saúde também envolve a compreensão da dinâmica do processo de trabalho que estrutura as práticas assistenciais. O trabalho em saúde caracteriza-se por uma forte dimensão relacional, na qual diferentes saberes, experiências e expectativas se encontram no momento da produção do cuidado. Nesse contexto, a organização das práticas profissionais é influenciada não apenas por normas institucionais e diretrizes

políticas, mas também pelas interações cotidianas que ocorrem entre trabalhadores, gestores e usuários (Merhy *et al.*, 2019).

Essa dimensão relacional do trabalho em saúde tem sido compreendida a partir do conceito de micropolítica do trabalho, que se refere às relações de poder, negociações e disputas que se manifestam no cotidiano das práticas assistenciais. A micropolítica emerge nos encontros entre sujeitos que participam da produção do cuidado, constituindo campos de forças que influenciam decisões, modos de atuação profissional e estratégias de organização do trabalho nos serviços de saúde (Merhy *et al.*, 2019).

A compreensão da micropolítica torna-se fundamental para analisar como as práticas profissionais são construídas e transformadas no cotidiano dos serviços. Os encontros entre trabalhadores, gestores e usuários produzem processos de subjetivação que influenciam a forma como o cuidado é ofertado, revelando que a organização do trabalho em saúde envolve dimensões técnicas, políticas e subjetivas que se articulam permanentemente na produção das práticas assistenciais (Menezes *et al.*, 2026).

Nesse contexto, a EPS estabelece relação direta com a micropolítica do trabalho ao propor a análise coletiva das práticas profissionais e a problematização das experiências vivenciadas no cotidiano dos serviços. A reflexão compartilhada sobre os processos de trabalho permite que os profissionais identifiquem dificuldades, reconheçam potencialidades e desenvolvam estratégias para reorganizar o cuidado de forma mais integrada e resolutiva (Goulart; Santos Neto; Esposti, 2020).

A articulação entre EP e micropolítica do trabalho também pode ser compreendida a partir da perspectiva do “trabalho vivo em ato”, conceito desenvolvido por Emerson Merhy para explicar a centralidade das relações na produção do cuidado em saúde. O trabalho vivo refere-se à dimensão criativa e relacional presente no momento em que profissionais e usuários se encontram, configurando um espaço de produção de vínculos, decisões clínicas e construção compartilhada de respostas às necessidades de saúde (Rodrigues *et al.*, 2021).

Nesse sentido, o cuidado em saúde não se limita à aplicação de técnicas previamente definidas, mas envolve processos interativos que mobilizam saberes técnicos, experiências profissionais e capacidades relacionais dos trabalhadores. A produção do cuidado ocorre, portanto, em um campo dinâmico no qual as tecnologias relacionais, como acolhimento,

vínculo e escuta qualificada, assumem papel fundamental na construção de práticas assistenciais orientadas pelas necessidades singulares dos usuários (Rodrigues *et al.*, 2021).

A incorporação da EP nos serviços de saúde tem sido compreendida como uma estratégia capaz de fortalecer a autonomia dos profissionais e ampliar sua capacidade de análise crítica sobre o processo de trabalho. Ao favorecer espaços de diálogo, reflexão e troca de experiências, a EPS contribui para o desenvolvimento de práticas profissionais mais participativas e para a construção coletiva de soluções frente aos desafios enfrentados na organização do cuidado (Honorato *et al.*, 2026).

Entretanto, a implementação da EP nos serviços de saúde ocorre em um cenário marcado por diferentes desafios organizacionais, institucionais e políticos. Entre esses desafios encontram-se a sobrecarga assistencial, a rotatividade de profissionais e a persistência de modelos formativos centrados na atualização técnica pontual, fatores que podem limitar a consolidação de processos educativos integrados ao cotidiano do trabalho em saúde (Menezes *et al.*, 2026).

Diante dessas questões, torna-se necessário aprofundar a compreensão sobre as relações entre EP e micropolítica do trabalho em saúde, considerando que os processos formativos influenciam diretamente a maneira como os profissionais interpretam suas práticas, organizam o cuidado e participam das dinâmicas de gestão nos serviços. A análise dessas relações contribui para compreender como a formação no trabalho pode favorecer a construção de práticas assistenciais mais autônomas, colaborativas e alinhadas às necessidades da população (Rodrigues *et al.*, 2021).

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as implicações da EPS na micropolítica do trabalho em saúde, buscando compreender de que forma os processos formativos desenvolvidos no cotidiano dos serviços influenciam a autonomia profissional e a gestão do cuidado no âmbito do SUS. A investigação parte da compreensão de que a articulação entre formação, trabalho e gestão constitui elemento fundamental para a qualificação das práticas assistenciais e para o fortalecimento da integralidade do cuidado.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido por meio de revisão narrativa da literatura, abordagem metodológica que permite discutir criticamente a produção científica relacionada a determinado fenômeno, integrando contribuições teóricas e empíricas que abordam diferentes dimensões do objeto investigado. Essa estratégia foi adotada para compreender como a EPS se articula à micropolítica do trabalho e à gestão do cuidado no SUS, considerando interpretações presentes em pesquisas qualitativas, ensaios teóricos e revisões publicadas no campo da saúde coletiva.

A busca das produções científicas foi realizada nas bases PubMed/MEDLINE, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Scholar, selecionadas por reunirem periódicos relevantes nas áreas de saúde coletiva, políticas públicas e gestão em saúde. Essas bases possibilitam acesso a pesquisas que discutem formação profissional em saúde, organização do processo de trabalho nos serviços assistenciais e estratégias educacionais voltadas ao fortalecimento do SUS.

A construção da estratégia de busca foi orientada por descritores provenientes do Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e do *Medical Subject Headings* (MeSH). Foram utilizados os termos Educação Continuada, Gestão em Saúde, SUS e Pessoal de Saúde, bem como seus correspondentes em inglês *Continuing Education, Health Management, Unified Health System, and Health Personnel*. Esses descritores foram combinados por meio de operadores booleanos durante as buscas nas bases de dados, permitindo recuperar publicações relacionadas simultaneamente aos processos formativos em saúde e à organização do trabalho nos serviços assistenciais.

Foram considerados elegíveis artigos científicos, ensaios teóricos e revisões publicados entre 2017 e 2026, disponíveis na íntegra em português, inglês ou espanhol, que apresentassem discussão relacionada à EPS, organização do trabalho em saúde, micropolítica do cuidado ou gestão do trabalho no SUS. Foram excluídas publicações duplicadas entre bases de dados, textos cujo conteúdo se restringia a treinamentos técnicos desvinculados do processo de trabalho em saúde e produções que não apresentavam relação direta com o objetivo proposto.

A seleção das publicações ocorreu em duas etapas. Inicialmente realizou-se a leitura de títulos e resumos para identificação das produções alinhadas à temática investigada. Em seguida

procedeu-se à leitura integral dos textos selecionados, permitindo verificar a pertinência analítica e a contribuição de cada publicação para a discussão proposta. Ao final desse processo, sete produções científicas compuseram o conjunto de materiais utilizados na análise, incluindo pesquisas qualitativas, revisões bibliográficas e reflexões teóricas que discutem diferentes dimensões da EPS e sua relação com a organização do trabalho e a gestão do cuidado.

A organização das informações foi realizada mediante leitura detalhada das publicações selecionadas, considerando aspectos como autor, ano de publicação, tipo de estudo, cenário investigado e principais contribuições para a compreensão da EPS no contexto do trabalho em saúde. Esses elementos possibilitaram estruturar o quadro de síntese apresentado na seção de resultados e orientar a discussão analítica desenvolvida ao longo do estudo.

A interpretação do material foi conduzida por meio de análise temática e reflexão crítica do conteúdo, buscando compreender como diferentes autores discutem as relações entre processos formativos, autonomia profissional e gestão do cuidado nos serviços de saúde. Esse procedimento permitiu identificar aproximações conceituais, divergências analíticas e contribuições teóricas presentes nas publicações selecionadas, possibilitando aprofundar a compreensão sobre a articulação entre EP e micropolítica do trabalho em saúde.

Por tratar-se de investigação baseada exclusivamente em fontes secundárias disponíveis em bases científicas de acesso público, sem participação direta de seres humanos, o estudo dispensa submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, conforme estabelecido pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas realizadas a partir de dados de domínio público.

Como limitação metodológica, destaca-se que a produção científica relacionada à EPS associada à micropolítica do trabalho apresenta concentração em determinados cenários assistenciais, sobretudo na Atenção Primária à Saúde, o que pode restringir a amplitude das interpretações para outros níveis de atenção. Além disso, a diversidade de abordagens conceituais presentes nas publicações demanda análise interpretativa cuidadosa para compreender as diferentes formas de articulação entre processos formativos, autonomia profissional e organização do cuidado nos serviços de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de busca identificou inicialmente 18 publicações relacionadas à Educação Permanente em Saúde (EPS) e aos processos de trabalho no SUS. Após aplicação dos critérios de elegibilidade e leitura integral dos textos, 11 publicações foram excluídas por não abordarem diretamente a relação entre EP, micropolítica do trabalho e gestão do cuidado. Assim, sete estudos compuseram o corpus final da análise, correspondendo às produções de Ferraz *et al.* (2025), Gomes e Ribeiro (2023), Gaist, Souza e Freitag (2026), Higashijima *et al.* (2025), Nascimento *et al.* (2025) e Nóbrega *et al.* (2024), que discutem diferentes dimensões da EPS no contexto da organização do trabalho e da qualificação das práticas assistenciais no SUS.

Tabela 1 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão.

AUTOR/ANO	TIPO DE ESTUDO	CENÁRIO DE ANÁLISE	CONTRIBUIÇÃO PRINCIPAL
Ferraz <i>et al.</i> , 2025	Estudo qualitativo	Gestão municipal do SUS	EPS favorece integração entre equipes gestoras e reorganização do processo de trabalho
Gomes; Ribeiro, 2023	Pesquisa qualitativa	UTI hospitalar	Profissionais reconhecem a importância da EPS, mas relatam dificuldades institucionais para sua implementação
Gaist; Souza; Freitag, 2026	Revisão teórica	Atenção Primária	EPS interpretada como prática social atravessada por disputas de sentido
Higashijima <i>et al.</i> , 2025	Ensaio teórico	Sistema Único de Saúde	EPS problematiza relações de poder e organização do trabalho em saúde
Nascimento <i>et al.</i> , 2025	Revisão bibliográfica	Redes de Atenção à Saúde	Integração entre gestão do trabalho e educação permanente fortalece qualidade assistencial
Nóbrega <i>et al.</i> , 2024	Pesquisa de campo	Atenção Primária	EPS contribui para reorganização dos processos de trabalho nas equipes
Gaist; Souza; Freitag, 2026	Revisão bibliográfica	Atenção Primária	Discursos normativos podem limitar o potencial transformador da EPS

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

A EPS apresentada como prática formativa vinculada ao cotidiano do trabalho, estruturada a partir da problematização das experiências vivenciadas nos serviços de saúde. Higashijima *et al.* (2025) compreendem a EPS como dispositivo que articula ensino e intervenção na realidade concreta dos serviços, permitindo que trabalhadores analisem criticamente os modos de produção do cuidado e as relações de poder presentes na organização

das práticas assistenciais. Nessa perspectiva, a formação deixa de ser concebida como atividade externa ao trabalho e passa a constituir elemento intrínseco ao processo de produção da atenção em saúde.

A experiência de formação voltada a equipes gestoras municipais descrita por Ferraz *et al.* (2025) provam que processos educativos baseados na EP favorecem maior integração entre profissionais responsáveis pela condução administrativa e técnica dos serviços de saúde. A participação conjunta de diferentes categorias profissionais possibilitou ampliar o diálogo entre áreas da gestão e contribuiu para o fortalecimento do planejamento e da tomada de decisão no contexto municipal, além de estimular o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade entre os integrantes das equipes gestoras.

No âmbito da Atenção Primária à Saúde, a EP aparece associada à reorganização dos processos de trabalho das equipes. Nóbrega *et al.* (2024) descrevem que a inserção de espaços de reflexão coletiva no cotidiano das unidades de saúde favoreceu a identificação de problemas relacionados à organização da assistência e estimulou a construção de estratégias coletivas para enfrentamento dessas demandas. A incorporação dessas práticas educativas permitiu maior integração entre profissionais e contribuiu para a resolução de problemas relacionados ao cuidado no território.

A análise das relações entre EP e micropolítica do trabalho garante que os processos formativos são atravessados por disputas de sentido que influenciam a forma como as práticas profissionais são organizadas. Gaist, Souza e Freitag (2026) discutem que a EP pode assumir diferentes orientações no interior das instituições de saúde. Em alguns contextos, ela é apropriada como estratégia de reflexão coletiva e transformação das práticas; em outros, assume caráter instrumental, subordinado a lógicas gerenciais que priorizam metas e indicadores institucionais.

A dinâmica do trabalho em saúde também interfere diretamente na implementação das ações de EP. Gomes e Ribeiro (2023), ao investigarem a percepção de profissionais de enfermagem em unidades de terapia intensiva, identificaram que a alta demanda assistencial, a escassez de tempo e as dificuldades organizacionais dos serviços dificultam a consolidação de processos educativos contínuos. Nesse cenário, as atividades formativas tendem a ocorrer de

maneira fragmentada, o que limita sua capacidade de promover mudanças estruturais nas práticas assistenciais.

A articulação entre gestão do trabalho e EP aparece como elemento central para o fortalecimento das redes de atenção à saúde. Nascimento *et al.* (2025) argumentam que a qualificação dos trabalhadores por meio de processos educativos contínuos favorece o desenvolvimento de competências críticas e interprofissionais, contribuindo para melhorar a comunicação entre equipes e ampliar a capacidade de coordenação do cuidado nos diferentes níveis de atenção.

Outro aspecto relevante refere-se ao fortalecimento da autonomia profissional no contexto da produção do cuidado. Higashijima *et al.* (2025) defendem que a EP amplia a capacidade reflexiva dos trabalhadores ao possibilitar a análise crítica das práticas e das condições institucionais que estruturam o trabalho em saúde. Esse movimento favorece o protagonismo dos profissionais na construção de novas formas de organização do cuidado e amplia sua participação nos processos decisórios presentes no cotidiano dos serviços.

Entretanto, Gaist, Souza e Freitag (2026) alertam que a autonomia profissional promovida pela EP pode ser restringida quando as ações educativas são incorporadas apenas como mecanismos de atualização técnica. Nesses contextos, a formação tende a reproduzir modelos tradicionais de capacitação profissional, centrados na transmissão de conteúdos e na adaptação dos trabalhadores às demandas institucionais, sem promover questionamentos sobre os modos de organização do trabalho e da produção do cuidado.

A construção coletiva do conhecimento constitui outro elemento central nas experiências de EP descritas nos estudos selecionados. Nascimento *et al.* (2025) destacam que processos educativos desenvolvidos no interior dos serviços favorecem a troca de experiências entre diferentes categorias profissionais e estimulam a construção de práticas colaborativas. Esse movimento contribui para ampliar a capacidade das equipes de enfrentar situações complexas presentes no cotidiano da atenção à saúde.

A efetividade da EP também depende das condições institucionais que estruturam o trabalho nos serviços de saúde. Ambientes organizacionais que valorizam o diálogo entre trabalhadores, gestores e instituições formadoras tendem a favorecer a incorporação de práticas educativas no cotidiano do trabalho. Por outro lado, contextos marcados por hierarquias rígidas

e centralização das decisões dificultam a construção de espaços coletivos de reflexão sobre as práticas assistenciais (Gaist; Souza; Freitag, 2026).

Outro elemento discutido refere-se à integração entre ensino, gestão e atenção no desenvolvimento das práticas formativas. Higashijima *et al.* (2025) compreendem essa articulação como componente fundamental para fortalecer a EP no Sistema Único de Saúde, uma vez que aproxima os processos educativos das necessidades reais dos serviços e amplia a capacidade de transformação das práticas assistenciais desenvolvidas pelas equipes.

A articulação entre educação permanente e gestão do cuidado revela que os processos formativos desempenham papel estratégico na qualificação das práticas assistenciais. Ferraz *et al.* (2025) descrevem que a participação de gestores em atividades educativas favoreceu maior compreensão das dinâmicas organizacionais do sistema de saúde e contribuiu para aprimorar a utilização de recursos, o planejamento das ações e a coordenação das equipes envolvidas na gestão municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste trabalho demonstrou que a EPS se configura como um componente estratégico na reorganização dos processos de trabalho no SUS, sobretudo quando articulada às dinâmicas micropolíticas que estruturam o cotidiano das práticas assistenciais. Ao deslocar os processos formativos para o interior dos serviços, a EP possibilita que profissionais reflitam sobre suas próprias experiências de trabalho, identifiquem tensões presentes na organização das práticas e construam coletivamente alternativas para qualificar o cuidado ofertado à população. Essa perspectiva reforça a compreensão de que a formação profissional não se restringe a momentos formais de capacitação, mas integra o próprio processo de produção da atenção em saúde.

A discussão apresentada ao longo do trabalho também permitiu compreender que os espaços de reflexão coletiva favorecem o fortalecimento da autonomia profissional e ampliam a capacidade das equipes de participar das decisões relacionadas à organização do cuidado. A interação entre diferentes categorias profissionais e a problematização das experiências

cotidianas contribuem para ampliar o diálogo entre trabalhadores e gestores, favorecendo práticas mais participativas de planejamento e gestão nos serviços de saúde. Dessa forma, a EP assume papel relevante na construção de ambientes institucionais mais colaborativos, nos quais o cuidado é produzido a partir da articulação entre saberes técnicos, experiências profissionais e necessidades concretas dos territórios.

Entretanto, a consolidação de processos educativos integrados ao cotidiano do trabalho enfrenta limites relacionados às condições institucionais presentes nos serviços de saúde. Sobrecarga assistencial, dificuldades organizacionais e permanência de modelos formativos centrados na transmissão de conteúdos técnicos podem restringir o potencial transformador da EP. Quando tais fatores se intensificam, os processos educativos tendem a assumir caráter pontual e desvinculado das dinâmicas reais do trabalho, o que reduz sua capacidade de produzir mudanças estruturais nas práticas assistenciais e na organização do cuidado.

Como limitação, destaca-se que a produção científica mobilizada para a discussão concentra-se majoritariamente em experiências desenvolvidas na Atenção Primária à Saúde, o que pode restringir a compreensão das relações entre EP e micropolítica do trabalho em outros níveis da rede assistencial. Além disso, a diversidade de perspectivas conceituais presentes nas publicações exige análise interpretativa cuidadosa, uma vez que diferentes abordagens atribuem sentidos distintos aos processos formativos e às transformações do trabalho em saúde.

Diante desse cenário, futuras investigações podem ampliar a análise das relações entre EP, autonomia profissional e gestão do cuidado em diferentes contextos institucionais do sistema de saúde, incluindo serviços hospitalares, redes especializadas e espaços de gestão regional. Também se mostra pertinente aprofundar discussões sobre as condições organizacionais que favorecem a incorporação de práticas formativas no cotidiano dos serviços, bem como examinar de que forma os processos educativos podem contribuir para fortalecer práticas assistenciais mais críticas, integradas e orientadas pelas necessidades sociais de saúde.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, Magda de Souza. Micropolítica da gestão e trabalho em saúde em um curso de educação a distância para gerentes da Atenção Primária à Saúde. **Saúde em Debate**, Rio de

Janeiro, v. 43, n. esp. 6, p. 161–170, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/KDwxHGy7sD4Vm643Zw4tXqJ/?lang=pt>. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S616>.

FERRAZ, Edinalva de Moura *et al.* Educação permanente em saúde: estratégia de fortalecimento na formação e atuação de equipes gestoras municipais no Sistema Único de Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, e350304, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312025350304>.

GOULART, Wagner Scherrer Lemgruber; SANTOS NETO, Edson Theodoro dos; ESPOSTI, Carolina Dutra Degli. A educação permanente e sua influência na micropolítica do trabalho em saúde bucal. **Tempus: Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 107–122, set. 2019. Disponível em: <https://www.tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/2646>. DOI: <https://doi.org/10.18569/tempus.v13i3.2646>.

GOMES, Bárbara Festa; RIBEIRO, João Henrique de Moraes. A educação permanente em saúde para a enfermagem de cuidados críticos: estudo qualitativo. **Journal of Nursing and Health**, v. 13, n. 2, e1322575, 2023. DOI: <https://doi.org/10.15210/jonah.v13i2.22575>.

GAIST, Leonardo; SOUZA, Antonio Escandiel de; FREITAG, Vera Lucia. Educação permanente em saúde, discurso e transformação do trabalho no SUS. In: **Horizons of Insight: Exploring the Frontiers of Multidisciplinary Science**. [S. l.]: Seven Editora, 2026. DOI: <https://doi.org/10.56238/sevened2026.008-108>.

GAIST, Leonardo; SOUZA, Antonio Escandiel de; FREITAG, Vera Lucia. Perspectivas da educação permanente em saúde na Atenção Primária à Saúde: uma revisão bibliográfica à luz da análise do discurso crítica. **Revista REGEo – Revista Geográfica Acadêmica**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 1, p. 1–15, 2026. DOI: <https://doi.org/10.56238/revgeov17n1-092>.

HONORATO, Pedro Fachine *et al.* Gestão da educação permanente em saúde como estratégia de qualificação do processo de trabalho na Estratégia Saúde da Família. **A3 Health Sciences Hub**, v. 1, n. 3, p. 1–23, 2026. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/5384>. DOI: <https://doi.org/10.61164/a3hsh190>.

HIGASHIJIMA, Marcia Naomi Santos *et al.* Princípios e características da Educação Permanente em Saúde: resgate e resistência em favor de um SUS potente e em defesa da vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, e05902023, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320242911.05902023>.

JÚNIOR, José Patrício Bispo; MOREIRA, Diane Costa. Educação permanente e apoio matricial: formação, vivências e práticas dos profissionais dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família e das equipes apoiadas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 9, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/8dTstJy4fjXWTKTPNkMTgmn/?lang=pt>. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00108116>.

MENEZES, Mayara Ingridy Botelho Rodrigues de *et al.* Micropolítica do trabalho na saúde e na educação: resistências e produção de sentidos nas interfaces entre processos formativos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)**, São Paulo, v. 12, n. 2, fev. 2026. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/24179>. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v12i2.24179>.

MERHY, Emerson Elias *et al.* Rede básica, campo de forças e micropolítica: implicações para a gestão e cuidado em saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. esp. 6, p. 70–83, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/RXfnPp73B9Dpcz5pqcVnBdf/?lang=pt>. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S606>.

NÓBREGA, Joanne Days de Sousa *et al.* Entre a realidade e o esperar: a educação permanente como ferramenta para reorganização dos processos de trabalho na Atenção Primária à Saúde. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)**, São Paulo, v. 10, n. 1, jan. 2024. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i1.12825>.

NASCIMENTO, João Vitor dos Santos *et al.* Gestão do trabalho e educação permanente para fortalecimento da rede de atenção à saúde. In: *Investigação científica na saúde: da teoria à prática*. 2. ed. [S. l.]: Editora Impacto, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/edimpacto2025.091-026>.

RODRIGUES, Gabryella Vencioneck Barbosa *et al.* Processo de educação permanente sob a micropolítica do trabalho vivo em ato de Emerson Merhy: reflexão teórica. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, e17610111514, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11514>. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11514>.